

Revolução



**VIGILÂNCIA
REVOLUCIONÁRIA**

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

O QUE DIZ E O QUE NÃO DIZ O M.R.P.P

Camaradas:

Camaradas:

Escrevo-lhes em nome de um grupo de militantes sindicais, que pretendem imprimir ao movimento dos trabalhadores e aos seus órgãos naturais de classe — os sindicatos — uma dinâmica orientada para uma perspectiva realmente democrática de estrutura e actuação. Assim, concebemos que o Sindicalismo deve ser livre e de base, fora do controle de partidos ou organizações exteriores, assentando no poder das bases e não no dirigismo burocrático das cúpulas.

Neste contexto criamos o MOVIMENTO SINDICALISTA DE BASE, que desejamos se torne extensivo a todos os sectores de produção.

Para isso procuramos o apoio dos trabalhadores, de organizações congêneres ao nosso Movimento, de sindicatos que já actuam numa linha, que consideramos correcta, de Partidos e organizações políticas, com perspectivas sindicais análogas (sem, todavia nos enfeudarmos a esses mesmos partidos e organizações).

Por considerar que o P. R. P. satisfaz as condições a que nós próprios nos propusémos, envio a nossa Declaração de Princípios, que espero que receba do vosso Partido, o melhor acolhimento, publicando-os, se possível, nas páginas do jornal «Revolução», dando-lhes a publicidade que desejamos ser vasta.

Outros camaradas, pertencentes ao nosso movimento estão neste momento, procurando apoios noutras organizações dentro da mesma linha.

Tomei a iniciativa de me dirigir ao P. R. P., por ser o Partido, com que actualmente os meus ideais práticos se identificam, e espero que este movimento ainda, de certo modo em embrião, tenha a colaboração do Partido, na base do apoio efectivo sem que, repito, se enfeude ao P. R. P. ou a qualquer outro partido político.

Saudações revolucionárias
F. J. A.

Porque me penso marxista de longos anos e porque considero a vossa linha de pensamento e actuação a que mais se identifica com a minha visão do processo de passagem ao socialismo; este mesmo processo confirmado historicamente (...).

(...) Abaixo o Imperialismo Internacional.

Há 120 dias que o Povo Português sente o golpe do reformismo (como iludir o povo)!

Relativamente a tal reformismo adiantamos os reformistas que a correlação de forças determina a mesma atitude de reforma.

Por tal pergunta-se: Qual das atitudes terá maior garantia de cura, a cataplasma ou a cirurgia radical. Não será a honestidade mental e de conduta o máximo atributo de um marxista?!

Pessoalmente só considero duas vias para a Revolução Possível!

- a) a armada;
- b) a cultura.

E é tudo por hoje camaradas. Morte ao Imperialismo. Morte ao Capitalismo. Avante — Rumo à sociedade comunista e universal.

L. A. B. F.

SINDICATO DOS SEGUROS DE LISBOA

Recebemos uma carta deste sindicato dizendo-nos para não enviarmos mais o nosso jornal.

Foi decisão da redacção do «Revolução» enviá-lo para todos os sindicatos e associações, gratuitamente. Por isso o mandávamos também para este sindicato. Tal como enviávamos os comunicados das Brigadas Revolucionárias antes do 25 de Abril.

Mas a direcção do Sindicato não quer... Assim seja. Os sindicalizados não terão pois ao seu dispor este jornal na biblioteca do sindicato. E pena, porque sempre é bom confrontar ideias.

a despropósito aproveitar a altura para fazermos qualquer apreciação ao M. R. P. P. e ao seu jornal, o Luta Popular. Hoje ainda o pensamos.

Não sentimos nenhuma concorrência nem com o M. R. P. P. nem com qualquer outro partido. Até gostamos que existam! Isto não é nenhum jogo de futebol. A classe operária já tem patrões demais, só lhe faltava ainda por cima ter partidos às cavalitas!

O facto do M. R. P. P. não ter nada a ver com o Governo, de se pôr em relação a este numa posição crítica de esquerda e o facto de ser objecto de repressão, são razões suficientes para o P.R.P. não lhe fazer críticas do alto da tribuna e preferir antes o debate franco.

Podíamos chamar «neo-reformistas», «neo-revisionistas», «barreirinhas cunhais» e outros argumentos de peso... Mas isso não é luta ideológica, é chuva de palavras.

Se quiserem discutir connosco, cara a cara, estamos dispostos a fazê-lo, especialmente em público. E gostávamos muito de o fazer, pelo que dizem e pelo que não dizem.

verificar pelos jornais diários dessa semana. Simplesmente a nossa vinda ao público não se verificou devido à situação criada pela suspensão dos jornais diários nesse mesmo dia, em consequência de noticiarem a manifestação do M. R. P. P. Como se vê, as coisas, afinal, passaram-se ao contrário!

Pensemos que a primeira obrigação dum revolucionário, quando tira conclusões de ordem política, é fazer a análise da realidade concreta. Senão tudo se transforma num laboratório de fantasias.

Mas há mais. No «Revolução» saiu a seguir à proibição do «Luta Popular», no dia 9 de Agosto, todo o Editorial é dedicado a este facto e nele se manifesta a solidariedade que se julgou justa. Quem quiser pode lê-lo. E diz-se a certa altura: «solidarizamo-nos inteiramente com este jornal (o «Luta Popular») e dispomo-nos às formas de solidariedade que forem justas para aquele Movimento e que estiverem de acordo com a nossa prática».

Desconhece isto o M. R. P. P.?

Nós não queremos aqui apontar as nossas discordâncias com aquele Movimento. Também nesse Editorial dizíamos: «achamos que seria

Diz o M. R. P. P. pela voz dos seus dirigentes que «um grupelho mandou os dirigentes à televisão no dia seguinte ao da proibição do «Luta Popular», e que «com essa atitude não só caucionaram a decisão repressiva da Junta como também ajudaram a TV a, partindo da sua apresentação como «representantes da extrema-esquerda» mostrar às massas o verniz liberal da nova TV».

Mas há pequenos dados de que o M. R. P. P. não fala... E que, como sabe, o programa não é directo, é realizado com antecedência. Neste caso, uma semana. Como se pode verificar no calendário dos estúdios da TV. Assim, o programa foi mostrado a 6 de Agosto, mas foi filmado a 31 de Julho. Portanto, relembremos: foi filmado a 31 de Julho e o «Luta Popular» foi proibido a 4 de Agosto! Convém, quando se é materialista, olhar um pouco para a realidade e não para o que se imagina, para que se não façam interpretações precipitadas...

Acontece mesmo que o programa «Movimentos Políticos e Economia» em que participou o P. R. P.-B. R. estava marcado para o dia 2 de Agosto, como se pode

DIRECTOR INTERINO: ISABEL DO CARMO

Apartado 4117 • Telefone 71 09 82 • Lisboa 4

Composição e Impressão:

Mirandela & C.ª • Rua Vitor Cordon, 27, 1.ª • Lisboa

Distribuidora:

Internacional — Rua de S. Pedro de Alcântara, 63, 1.ª — Lisboa 2
SEMANAL



Os despedimentos na TAP atingem no dia 25 já cerca de 400 Trabalhadores. No dia 25 cerca de 6 000 pessoas manifestaram-se pelas ruas de Lisboa dando vivas à classe operária, repudiando a ocupação Militar da TAP, defendendo o direito à greve e combatendo o "lock-out"

OS BALDIOS DE TRÁS-OS-MONTES

A política fascista em relação à agricultura levou a uma decadência total e a uma exploração do trabalho, que conduziu à fome e à emigração em massa.

É conhecido o que se passou em relação aos baldios. Lembrem-se os que leram «Quando os Lobos Uivam» das histórias contadas por Aquilino Ribeiro. Os baldios, que eram terras comunais, foram em grande parte ocupadas pelo Estado. Conservando aspectos de comunismo primitivo, aquelas terras serviam para pastar o gado do povo todo. Muitas vezes a população era convidada a dividir a terra em «meras», numa tentativa do Estado para acabar com aspectos comunais. Mas, o povo não quis. E foi assim que o Estado acabou ocupando as terras, e terminando com os baldios. Os mais pobres perderam a única terra que tinham. Portanto o 25 de Abril veio encontrar os baldios ocupados. Desocupou-os o Estado em seguida? Não. Os baldios continuam ocupados e o povo, que não espera só liberdade, mas espera viver melhor, reclama e aguarda. Até quando?

Relatamos hoje o que se passa em algumas aldeias de Trás-os-Montes (Gralhós, S. Vicente, Pezires, Meixedo, Morgado, Aldeia Nova, Creende, Pedroso, Pedronal, Gralhas, Santo André, todas da zona do Barroso).

Nesta zona, a revolta dos camponeses tem como objectivo três entidades oficiais: a Junta de Colonização Interna, os Serviços Florestais e os Serviços Fitopatológicos, todos dependentes do Ministério da Agricultura.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA

A partir de 1940 começaram as ocupações dos baldios pelos vários serviços. O tenente João Rodrigues Caneado, actual presidente da Cooperativa Agrícola e presidente da Câmara de Montalegre na altura das ocupações levou o povo do concelho a assinar a sua sentença de morte, com a entrega dos baldios aos vários serviços. Essa terra foi tirada aos mais pobres, porque não só servia de pastoreio, como era aproveitada, nas zonas melhores, para cultivo. Assim a população deixava que alguns dos mais pobres ocupassem «meras» ou «cavadas» (as que se situavam no monte). Estas cavadas e meras foram violentamente ocupadas pela Junta de Colonização Interna. Houve casos dramáticos como o de João Albino Gonçalves da Cruz, de Meixedo, a quem a vingança de um regedor levou a Junta a ocupar a cavada. Este homem ficou sem nada, a braços com seis filhos, dos quais o mais velho tinha seis anos. Estes actos levaram o povo a uma grande revolta, que conseguiu manter a resistência. A população ocupou os baldios com todo o gado. Muitos foram os que resistiram de armas na mão, comba-

tendo corajosamente o inimigo, arriscando a liberdade e a vida. Em 1948, 1950, 1952 foram presos alguns, que ficaram na prisão vinte e tal dias. Al estão o tio Bina e o Acácio Duarte que podem contar. Alguns estiveram na clandestinidade, ainda está vivo quem pode contar que esteve escondido no cubo do moinho durante oito dias.

Mas vinha a G. N. R. e fustigava o povo que tinha de fugir. Foram raros os casos dos que resistiram. Até que desistiram.

Os terrenos foram portanto ocupados pela Junta, que os entregou aos colonos. Estes não foram de maneira nenhuma beneficiados, porque a entrega não era uma oferta. Uma contribuição brutal, impediu os colonos de terem benefícios — 11 contos por ano.

E quando a Barragem dos Pisões se instalou e a água invadiu terras ocupadas pela Junta, a indemnização foi recebida por esta e não pelos antigos donos das meras e das cavadas. Esta indemnização foi de 2000 contos.

SERVIÇOS FLORESTAIS

Também os Serviços Florestais ocuparam baldios lutando contra a resistência do povo. O gado foi retirado dos baldios e estes foram semeados. Hoje, ao fim de trinta anos podem ver-se os pinheiros que ocuparam os baldios do Barroso, em Pedroso, Pedronal, Montalegre, Meixedo, Gralhas, Santo André — têm um metro e meio! Esta era a política da agricultura — além do mais desorganizada e ignorante.

Nesta zona desapareceu todo o gado. Podemos hoje saber o que esse gado constituía de riqueza para o país. Um estudioso local, Joaquim Barros, conseguiu na altura fazer a estatística das cabeças de gado do concelho. É assim que se sabe que havia um milhão e seiscentas mil cabeças em todo o concelho. O que representava, segundo os cálculos dos habitantes, pelo menos oito milhões de quilos de carne por ano. Este gado desapareceu totalmente.

Se pensarmos na fome que passamos neste país as classes exploradas, e sobretudo se pensarmos que a carne tem de ser importada de outros países, como a Argentina, avalla-se bem a política criminosa do capitalismo português.

Joaquim Barros, o homem que fez a estatística, bateu-se contra os Serviços Florestais e fez correr um abaixo-assinado entre a população, recusando a ocupação dos terrenos. Mas veio em seguida o tenente, que ameaçando o povo e levantando constantemente o papão do comunismo, conseguiu obter assinaturas em sentido contrário. Assim, o medo e a falta de conhecimento, obtinham resultados.

O Posto Experimental instalou-se em 1944 no concelho de Monta-

legre, ocupando os antigos lugares de Fornos de Telheiros e Raposeira. Também aí o povo se opôs, incendiando várias vezes a casa do Posto. Mas mais uma vez a G. N. R. veio e reprimiu o povo de Montalegre. Aqui a ocupação é tanto mais grave quanto ocupa terras comunais das mais ricas.

— 0 —

O panorama que oferece a política de agricultura em certas regiões é este. Exploração e miséria, emigração. Aqueles que possuem pequenas propriedades, continuam a ser pobres apesar de terem terra. Hoje como ontem, as condições são as mesmas.

Qual será a solução para estas regiões? Os camponeses destas zonas temem o comunismo, porque sempre lhes foi dito que o comunismo lhes tiraria as terras. Mas é necessário que os camponeses compreendam que quem diz isso são os grandes proprietários e esses sim têm a perder com o comunismo. Os pequenos proprietários só têm a ganhar com o socialismo, com o comunismo. A revolução socialista é feita pelos operários das cidades e pelos proletários dos campos, para tomarem o poder e acabarem com os patrões, pondo os lucros das grandes empresas em benefício de toda a comunidade. E que fazer aos campos? É fácil saber em relação ao Alentejo, onde a maioria das propriedades são de grandes senhores e onde a solução é a nacionalização e colectivização. Mas é difícil encontrar soluções para as pequenas propriedades. Aí os camponeses têm alguma coisa a dizer e as assembleias, as reuniões, terão que discutir estes problemas. Os camponeses compreenderão que só

têm a beneficiar se se juntarem todos para usar o mesmo tractor e outra maquinaria agrícola. Só têm a beneficiar planeando em conjunto o cultivo da terra.

Lendo a «Carta aos camponeses» de José Alberto Rodrigues de Cabanas («Dr. Cabaninhas») é aí apontada uma solução:

«...Camponeses do Norte: Na maior parte das vossas terras, desde as do Barroso às do Alvão, às da Padrela, aos pináculos e encostas sobranceiras a Chaves, às vertentes de Ribeira de Pena, de Mondim de Basto, do Marão e de muitas outras áreas existentes em toda a zona do Norte, é possível formarem-se grandes cooperativas de animais, cooperativas essas administradas pelas assembleias de todos os camponeses (camponeses sem terra e com terra), e que de dois em dois anos essas assembleias nomearão comissões de administração ou de gestão. O Estado ou o Governo é que terá de emprestar, sem juro — a essas vossas cooperativas — todo o dinheiro necessário para a compra de todos os animais necessários e que se poderão contar por muitos e muitos milhares, vindo assim a formar largos rebanhos de gados.

As carnes serão vossas, vendidas à nação que as pagará pelo seu justo valor.

A floresta terá de ajudar e de cooperar, em muitos sítios terá de ser reduzida, e outros, nos pináculos e em zonas frágilas, terá de ser ampliada.

As extensões necessárias às vossas cooperativas sejam de gado, sejam de cultura terão de receber

As cooperativas poderão ser a solução imediata para os camponeses desta região. Até que uma maior consciencialização, um maior

desenvolvimento e uma maior riqueza, levem à consciência de cada um objectivo da colectivização completa. Tudo isto é um longo caminho, antes e depois da Revolução Socialista. Este é um longo caminho que já percorreram, com dificuldades e contradições os camponeses da Rússia e da China. Mas hoje os filhos deles podem estudar, têm médico, têm comida. O socialismo é a única solução para os pobres. E os grandes aliados dos camponeses não são os senhores da terra, mas os operários da cidade, tão explorados como eles e os únicos capazes de pegar em armas, para tomar o poder e acabar com a exploração. Mas para isso a luta tem que começar já. Os camponeses de Trás-os-Montes, que resistiram de armas na mão, saberão de novo como lutar e contra quem lutar, dela tudo o acolhimento. Ela é do povo e não contra o povo, tendo este de comparticipar nas suas matas sob formas a adoptar.

Para aquelas cooperativas de cultura, o Estado fornecerá as máquinas necessárias para o trabalho das mesmas ou facilitará os créditos para a sua compra. As vossas comissões de administração, por vós eleitas e renováveis de dois em dois anos, procurarão os trabalhadores mais qualificados, quer no uso da máquina, quer no conhecimento e na técnica do trabalho, vindo estes trabalhadores a receber além do justo salário do seu trabalho ainda uma comparticipação na distribuição dos lucros da cooperativa, comparticipação essa que servirá de estímulo à qualidade do trabalho prestado, e que nos levará à poupança e à economia da própria máquina, bem como a tirar a maior produtividade da terra.»

Desta vez nem apanego. Estou muito ocupado com estas histórias todas da "maioria Silenciosa". Ocupado, quer dizer: VIGILANTE!

A única coisa que vos queria dizer é que os "grupelhos", da JAP que queriam sanear os fascistas, acabaram por serem saneados. Até agora já se contam 400, "Grupelhos"?? (mais os cinco mil da manifestação...)

Próxima semana se ainda cá estiver, logo falamos. No sábado o boletim meteorológico da chuva e aguaceiros em Lisboa. Hau... = João Bala

A REACÇÃO M



Era uma vez um país onde um médico ganhou as eleições e chegou a Presidente da República e governou com um governo de democratas; fez reformas e mais reformas, nacionalizou e tornou a nacionalizar (com indemnizações), apelava para o «interesse nacional», defendeu «a ordem democrática», dizia que a vitória era certa e que o país chegaria ao socialismo mas que era preciso ir devagar, porque de contrário se fazia o jogo da reacção. E o povo gritava: «el pueblo unido jamás será vencido».

Mas deixemos por agora a história (que muito nos pode e deve ensinar) e falemos de Portugal.

DEFINITIVAMENTE?

Pois em Portugal 48 anos de ditadura fascista tiveram fim no dia 25 de Abril de 1974. Definitivamente? Talvez sim ou talvez não. O certo é que a ninguém é indiferente à situação política actual, o rumo que as coisas estão a tomar e as possibilidades de saída para um ou outro lado. Natural, já que é pela política que se definem as normas de existência social, já que em definitivo tudo tem implicações políticas.

É escusado relembrarmos aqui o que foi o fascismo. Todos, sem excepção, têm bem presente o

24 de Abril. E é exactamente por isso que a dúvida em relação ao futuro (um futuro que poderá não estar distante) subsiste. A História, todos o sentem, não parou no 26 de Abril. **O golpe a que se chamou de Revolução não destruiu os gérmenes do contra-golpe** a que muitos chamaram de contra-Revolução. A democracia burguesa — a que chamam de (simplesmente) democracia sente-se profundamente abalada.

Muitas são as vozes que, sentindo-se ameaçadas, tremem de medo e dizem ser necessário caminhar lenta e cautelosamente. É em tom apânico (com os dentes a tremerem-lhes) que proclamam que «a reacção não passará». Como se o mal não sejam as inúmeras insuficiências do 25 de Abril. Como se o tempo não jogasse a favor daqueles que, dispondo de poderosos meios e contando com o inevitável agravamento da crise económica, se estão a reorganizar em ritmo acelerado. Como se bastasse gritar em coro: «o povo unido jamais será vencido» para obstar à recuperação fascista.

A ULTRA REACÇÃO MOSTRA-SE

De forma assustadoramente recente, tem a ultra reacção vindo

a pôr as garras de fora. Passo a passo os nostálgicos do 24 de Abril ganham terreno. Passo a passo nos vamos sentindo ameaçados por demonstrações de força (política e material). A tolerância para com essas demonstrações fazem cada vez mais pensar em impotência de um lado e cumplicidade do outro. Fala-se em povo, fala-se mesmo em nome do povo, cantam-se odes ao seu espírito cívico, erguem-se hinos aos seus interesses. A torto e a direito se proclama a liberdade como se de coisa abstracta se tratasse. E o que se passa realmente?

UMA POLÍTICA POUCO CLARA

Os trabalhadores entram em greve, em conflito com o patronato. Muitas vezes, uma das reivindicações é o saneamento de fascistas. **Vozes levantam-se a dizer que a greve faz o jogo da reacção!!!???**

Os trabalhadores da Lisnave lutam pelo saneamento da empresa. Pretendem sanear os Lamas, Perestrelas & C.ª, cuja colaboração com a PIDE foi inequivocamente provada. É verdade que a manifesta-

ção não se justificava. Porquê? **Porque há muito que deviam estar presos.** Mas em vez da sua prisão, **PROIBE-SE A MANIFESTAÇÃO!!!???**

Na TAP, o pessoal «da ferrugem» luta pelo saneamento, diminuição de leque de salários, etc. Trata-se do pessoal da D. M. E. Fazem plenário com milhares de trabalhadores ao mesmo tempo que os sindicatos não conseguem reunir senão 300/400 pessoas. E são 300/400 administrativos, pessoal de farda impecável, camisa de colarinho branco e galões, que chegam a ganhar mais de 50 contos por mês!!! O que se faz? **MENTE-SE** quando, perante a eloquência dos números, se chamam de representativos aos sindicatos. **CALÚNIA-SE** os representantes dos trabalhadores e, através destes, os milhares de trabalhadores que os elegeram. **Vira-se o bico ao prego, chama-se reacção aquilo que o não é, e coloca-se todo o pessoal debaixo do foro militar (coincidência: foi essa a medida a que recorreu o regime deposto em 25 de Abril para pôr fim ao movimento dos Hospitais Cívicos de Lisboa em 1971...)**. Pior ainda, **INTERROGAM-SE** presumíveis activistas, **PROIBEM-SE PLENÁRIOS** em nome... da democracia!!!

A DANÇA DOS PIDES

Os PIDES, fugidos da cadeia de Machava, resolveram procurar novos ares depois do golpe falhado dos reaccionários brancos em Moçambique.

33 deles regressaram a Lisboa misturados com familiares de agentes daquela corporação. Passaram no aeroporto de Lourenço Marques sem ser incomodados e só na Portela viriam a ser identificados e presos. Também só na António Maria Cardoso se viria a descobrir que transportavam com eles armas e munições que passaram incompreensivelmente nos serviços de vigilância dos dois aeroportos.

Os familiares, que lhes tinham servido até aí de capa de protecção, foram conduzidos para o Lar da Cruz Vermelha Portuguesa, onde ficaram alojados.

Tomando conhecimento de tudo isto, a AEPPA (Associação dos Ex-Présoes Políticos antifascistas) organizou imediatamente piquetes de vigilância, frente à CVP, com o fim de passar em revista as bagagens dos familiares dos Pides, o que também não tinha sido feito no aeroporto, e controlar todas as saídas. Para isso pediram a colaboração das Forças Armadas e para que se passasse revista no interior do edifício da CVP.

Houve oposições de vária ordem por parte do presidente da CVP, brigadeiro Girão, que a dada altura mandou içar a bandeira da CV internacional, declarando aquele

local território neutro, para impedir a detenção de um indivíduo que ali se refugiara, depois de ter atropelado deliberadamente um elemento do piquete de vigilância, que ficou gravemente ferido.

Apesar destes incidentes, o controlo de todas as viaturas que saíam da CVP foi feito e, mais tarde, foram revistas as bagagens onde se veio a descobrir 4 pistolas, 4 granadas, 1 caçadeira, 4 catanas, 63 munições e 2 carregadores.

Afinal as suspeitas dos elementos da AEPPA não eram infundadas e as famílias dos Pides não eram tão inocentes como poderia parecer.

Isto não é um caso isolado. Está perfeitamente integrado na linha de actuação das autoridades, que, depois do 25 de Abril, têm sido extremamente complacentes para com os Pides e outras individualidades altamente comprometidas nos crimes do regime fascista.

É assim que na cadeia de Lisboa se permite que um pide vá à terra para assistir ao funeral do pai — segundo dizia — só lhe tendo sido exigida a apresentação da certidão de óbito e **quando regressasse**.

Só a vigilância dos populares não permitiu que tal coisa acontecesse, tendo o pide voltado a entrar na Penitenciária para escapar à justiça popular.

OS COLADORES DE CARTAZES

A semana passada foi pródiga em demonstrações fascistas, que nos vieram provar que certas organizações, embora oficialmente desmanteladas, continuam a existir, pelo menos nos métodos, pois os indivíduos que as constituíam estão ou foram postos em liberdade na sua maioria.

Para além da violência quotidiana da dominação capitalista, a burguesia exploradora, perante a instabilidade política do momento, resultado da agudização das contradições do sistema e consequente radicalização das lutas do proletariado e dos trabalhadores em geral contra o capitalismo e o poder de estado burguês, organiza-se e contra-ataca, tentando desesperadamente recuperar o terreno perdido durante os meses que seguiram o 25 de Abril.

A passividade e incapacidade dos que estão provisoriamente no Poder, para neutralizar essas forças reaccionárias, mostra bem o seu carácter de classe. Têm estado muito mais preocupados em reprimir os trabalhadores, argumentando precisamente com o perigo da reacção, do que em eliminar da cena política esses senhores que aparecem assim, aos nossos olhos como os «todo-poderosos».

Numa destas madrugadas, Lisboa apareceu cheia de cartazes verdes, com um senhor de óculos e a boca cheia de «maioria silenciosa», no mais puro estilo fascista.

Os coladores são protegidos por indivíduos armados de mãos-de-ferro, pistolas, bastões e cacetes, deslocam-se em carros de luxo e não admitem mesmo que se assista ao espectáculo da colagem.

Depois de moverem uma perseguição a uns «mirones» que passavam pelo local, alguns deles foram presos pela P. S. P. Revelada a sua identidade, verificou-se que um desses indivíduos tinha laços de parentesco com uma pessoa ligada ao jornal «Tempo Novo», suspensão há dias por agressão ideológica de direita. Mas esses senhores, horas depois de terem sido presos, são postos em liberdade.

E Saldanha Sanches continua preso.

A campanha que desenvolveram, não se limitou à colagem desses cartazes onde convocavam uma manifestação-surpresa (não referiam data nem local) de apoio ao General Spínola, ao programa do M. F. A. e contra os extremismos. Tiveram também intensa actividade noutras regiões do país, nomeadamente em Trás-os-Montes onde lançaram de avião milhares de panfletos, oferecendo transporte gratuito até Lisboa a quem nela quisesse participar, e na região de Sines onde esses panfletos foram lançados de um helicóptero pertencente a uma grande empresa de mondas químicas de Setúbal, cujos donos subscreve-

ram o documento de formação ao do C. D. S. (Partido do Centro Democrático Social).

Os meios e métodos utilizados por esses senhores, fazem-nos pensar que devem ter andado na mesma escola, de mãos dadas com o antigo regime fascista.

Tais factos poderiam parecer-nos insólitos se não conhecessemos já as relações de irmandade que existiam entre partidos das direitas recentemente formados e entrados no «jogo das democracias». São eles: o Partido Nacionalista Português, o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Partido da Democracia Cristã e o Partido do Centro Democrático Social (C. D. S.). Os documentos encontrados na sede do P. N. P., provam que, para além de uma identidade política de princípios, havia relações, mais ou menos recentes, no sentido de se unirem na «defesa dos valores eminentemente nacionais» por meio de «uma acção que julga (o P. N. P.) justa e de grande alcance e eficiência táctica».

Ou será por acaso que o Partido Liberal adere «ingenuamente» à manifestação?

ESCREVE-NOS
APARTADO
N.º 4117

MANIFESTA-SE



A PROPÓSITO DE VERDADE

Interrogatórios para quê? Para se saber da verdade? Mas se é a verdade e o apuramento de responsabilidades que se pretende, nós perguntamos:

— Quem é o ou os responsáveis pela ida de Tomás e Caetano para o Brasil?

— Quem é o ou os responsáveis pela libertação de Silva Cunha e Moreira Baptista?

— Quem é ou quem são os responsáveis pela libertação de Celso Ferreira?

— Quem é ou quem são os responsáveis pela libertação de vários PIDES?

— Quem é o ou os responsáveis pelos disparos que provocaram um morto (que não era fascista) no Rossio?

— Quantos interrogados houve para desvendar as ligações aqui existentes com os amotinados de Lourenço Marques? Quais são essas ligações?

— Quando se espera publicar a lista dos colaboradores da PIDE até hoje apurados?

— Como se explica que vários PIDES tenham vindo de avião de Lourenço Marques para Lisboa sem que nada lhes tenha acontecido e que só em Lisboa, e em consequência de acidentes ocorridos com piquetes de vigilância popular tenha sido passada revista?

— Porque razão é que, estando os ditos PIDES instalados na Cruz Vermelha e sendo-lhes encontrado material de guerra nas bagagens, NÃO FOI PASSADA REVISTA às instalações?

— O que é feito dos coladores (armados) de cartazes fascistas e cuja ligação com entidades fascistas é por demais evidente?

— Quantos interrogatórios e quais as conclusões apuradas acerca duma reunião de cerca de 300 pessoas em casa de Elmano Alves?

— Quais as medidas tomadas acerca da presença em Setúbal de um iate («Apolo») sobre o qual recaíram acusações de POSSÍVEIS LIGAÇÕES COM A CIA?

— É verdade ou não que foram utilizadas avionetas e helicópteros para espalhar panfletos fascistas?

— A quem pertence ou pertencem as ditas avionetas e helicópteros?

— Quem é o responsável ou responsáveis pela saída do país de Casal-Ribeiro?

— Quem é o ou os responsáveis pela saída de Rui Patrício para Londres?

Enfim, a lista de interrogações deste tipo podia continuar. Não vale a pena, porquanto não há ninguém que não tenha deparado com inúmeros casos destes.

Outras interrogações, de tipo mais vincadamente político, se poderão fazer.

EXPLICAÇÕES DEVIDAS A BOATOS

São conhecidas as ligações de Mobutu com Holden Roberto e com a CIA. Barber foi um dos muitos a confirmá-lo. São conhecidas e reconhecidas as interferências da CIA em golpes de Estado de direita desde o Chile até ao Viet Nam, passando por Marrocos e Grécia. São por outro lado conhecidas as ligações de Senghor com o Eliseu. Pergunta-se: Por que razão o General Spínola apenas se encontrou até hoje com Mobutu e Senghor para discutir assuntos relacionados com a descolonização? Não seria mais «descolonizador» discutir com Sékou Touré, Nyèrère, Kaunda, N'Gouabi, etc.? E não seria ainda muito mais «descolonizador» discutir com Agostinho Neto?

Vozes ligadas às altas esferas (continuamos com altas esferas) governamentais afirmam ser quase quotidianos os «casos concretos da utilização, pelo grande capital português e estrangeiro e por grandes agrários, de armas económicas e a prática de verdadeiros crimes contra a economia nacional...». Pergunta-se: se assim é, por que razão não é dado conhecimento público desses crimes, não são inquiridos e condenados os seus autores?

É evidente a péssima (por que de direita) imprensa deixada ao tão proclamado povo português, pelas suas múltiplas declarações, do General Galvão de Melo. Pergunta-se: não haveria ninguém mais e politicamente mais idóneo para estar à frente do inquérito às actividades da PIDE?

PORQUE SE MANIFESTA A REACÇÃO?

A verdade é inofismável. Os factos aí estão para prová-la. E é escusado tentar contornar-se a questão. A razão de tudo isto está na natureza do golpe de 25 de Abril: nada de fundamental foi alterado no que respeita às estruturas (capitalistas) do País.

Se há sabotagem económica do grande capital nacional e estrangeiro, é porque este continua a dispor dos meios para o fazer.

Se há múltiplas expressões fascistas, é porque estes continuam à solta, gozam de importantes complicitades e dispõem de meios financeiros e técnicos para o fazerem.

Se a reacção é perigosa é porque aos trabalhadores não é reconhecido senão o jureiro de trabalharem... quando têm emprego. As leis e o COPCON aí estão...

Cumplicidades, meios e liberdade já parece não terem o Saldanha Sanches, o Marvão e o Anjos. De contrário, JÁ TERIA SIDO LIBERTADO SALDANHA SANCHES.

Os «Bandarras» são multados. Coitados! Entretanto, o «Luta Popu-

lar» FOI PROIBIDO e o «PROLETÁRIO VERMELHO» suspenso. Elucidativo... Talvez confusão de mãos (qual é a tua mão esquerda, oh 31?).

Ainda mais elucidativo:

Enquanto os jovens refractários e desertores, só porque se negaram a participar na criminosa guerra colonial, não é concedida amnistia total, os fascistas saem e entram do país a seu bel-prazer.

MAS AFINAL QUE MACACADA DE DEMOCRACIA É ESTA?

Quem tem olhos para ver que veja.

NO TAL PAÍS

Pois nesse país onde as massas gritavam «el pueblo unido jamás sera vencido», também os militares foram enviados para reprimir os trabalhadores... em nome da democracia. Faziam o jogo da reacção... e também ai os melhores burgueses se preocuparam (e conseguiram) para sair à rua e manifestarem-se com tachos e panelas na mão. E também lá os proprietários de meios de transporte se prepararam (e conseguiram) paralisar parte da actividade do país. E também nesse país a ITT tinha empresas. E também como cá os fascistas podiam entrar e sair.

Por muito tempo nesse país se fizeram grandes comícios e manifestações (2 000 000 de pessoas) e se gritava «el pueblo unido jamás sera vencido».

Entretanto, também nesse país os preços aumentavam em flecha. E também nesse país os operários faziam greves que os responsáveis da Unidade Popular se esforçavam por anular. Entretanto, também nesse país a reacção alargava a cada passo os seus tentáculos.

E o Presidente médico era adorado como um idolo. E o Presidente dizia que o que era preciso era que «el pueblo» apoiasse o Governo de Unidade Popular. E os trabalhadores acreditaram que isso bastava, ou que bastava aos revolucionários ser apenas «críticos».

E vai daí...

As direitas estavam armadas e os trabalhadores desarmados. As direitas preparam o ambiente e fizeram o golpe com as massas a gritarem «Viva Allende» e «El pueblo unido jamás sera vencido».

Hoje os trabalhadores chilenos (menos 30 000 que, entretanto, foram mortos) chegaram à conclusão que não bastava apoiar Allende e a Unidade Popular, mesmo criticamente. Hoje concluíram que devia ser Allende e a Unidade Popular a apoiá-los. O que era incompatível com a sua política de conciliação de classes.

Hoje os trabalhadores chilenos sabem o que é a violência reaccionária. E sabem também que não basta gritar «El pueblo unido jamás sera vencido» para se oporem à violência reaccionária. É preciso mais: é preciso a violência revolucionária.

Hoje os trabalhadores chilenos sabem tudo isto. MAS SOUBRAM-NO DEMASIADO TARDE.

A PROPÓSITO da G.N.R.-P.S.P.

Como nota mais saliente do comunicado recentemente emanado do Estado-Maior-General das Forças Armadas acerca da G. N. R. e da P. S. P., comunicado em que se anuncia a respectiva reestruturação, apontamos o facto de a entidade autora ter sentido a necessidade da sua emissão.

Com efeito, é essa necessidade (expressa no preâmbulo) o reflexo da repulsa que, fruto da actividade repressiva da G. N. R. e da P. S. P., ao longo dos anos, as massas populares por elas sentem. O sentimento deixado pelo comportamento das referidas corporações ao longo do reinado fascista de que foram fiéis baluartes, não é susceptível de ser apagado por uma simples promessa de reestruturação.

A íntima colaboração com a sinistra PIDE, quer em prisões, quer em denúncias, quer na repressão de rua, é já de si bem esclarecedora. Como podem, pois, esquecer as feridas quotidianamente lavradas pela P. S. P. e pela G. N. R.?

Fala-se no comunicado da «anuência de grande maioria dos elementos» dessas forças ao movimento do 25 de Abril. Mas como se poderão os factos desse modo, se toda a gente tem presente o espectáculo do quartel do Carmo, as colunas da G. N. R. que na rua procuravam o reverso do rumo que os acontecimentos tomavam, o comportamento da Polícia de Choque em Lisboa, o comportamento (cargas sobre a população) da P. S. P. no Porto, etc.

Pois já alguém esqueceu as gravações do Rádio Clube Português e da Rádio Renascença, onde se podem ouvir múltiplos testemunhos da resistência oferecida pela G. N. R.?

Terá sido por acaso que Marcelo Caetano se refugiou no Carmo?

Muitos foram os mortos, os feridos, os presos que «ornamentam» o palmarés da G. N. R. e da P. S. P. Demasiados para que se procure hoje pôr-lhes uma capa por cima. E como se os anteriores não bastassem, já depois do 25 a lista de mortos pela P. S. P. se viu «enriquecida» no Rossio aquando de uma manifestação anti-colonial.

E é mesmo escusado invocar-se a origem popular dos seus elementos. Não importa a origem interessa ver o que está à vista. Se com isso se pretende dizer que são filhos de gente trabalhadora, pois acrescente-se que não mais produziram depois do ingresso na respectiva corporação, que tiveram como principal tarefa a repressão desses mesmos trabalhadores, tarefa essa que cumpriram como rara «generosidade».

A P. S. P. e a G. N. R. não devem ser reestruturadas. Devem ser abolidas, já que as suas tarefas pode muito bem desempenhá-las o exército.

O recurso a forças militarizadas-profissionais é o método clássico de atribuir a tais forças, funções francamente repressivas.

Basta de repressão sobre os trabalhadores. BASTA DE «SAFANÕES A TEMPO».

O QUE É O 'RAIO'

O misterioso Jornal o «Raio», aparecido após o 25 de Abril, caluniou gravemente o jornal «Revolução» no seu último número. Como gostamos de nos basear numa informação segura sobre o que é esse jornal, o que finalmente obtivemos, prometemos a história completa para o próximo número.

TAP a luta continua

64 ARTIGOS á doca

Depois da aprovação em plenário dos trabalhadores da TAP de uma proposta, que já divulgamos no último número do «Revolução», na qual os trabalhadores manifestam o seu justo e firme desejo de dar por finda a ocupação militar da empresa onde trabalham, bem como uma resposta rápida e directa às suas reivindicações, assiste-se na TAP a uma série de manobras tendentes a dividir os trabalhadores, a quebrar o ímpeto da luta, naturalmente fomentadas e apoiadas nas mesmas pessoas e entidades que já antes da ocupação militar tudo fizeram para paralisar a luta.

É de notar que o plenário de 17 de Setembro tinha sido convocado por quatro sindicatos que se dizem representativos dos trabalhadores da TAP, mesmo se por pressão dos trabalhadores organizados na empresa. Ora sendo assim, difícil era às direcções desses sindicatos, impugnar o plenário, pelo que recorreu ao abaixo-assinado que pedia à direcção dos Administrativos para a convocação de uma Assembleia no sentido de impugnar as decisões tomadas, e conseguiu apoios formais para as direcções sindicais e para a Comissão Sindical demitida no plenário do dia 17.

Só não abrimos a boca de pasmo porque já estamos habituados às manobras reformistas que não manifestam qualquer pudor em fomentar processos antidemocráticos e fazer apelos à desmobilização dos trabalhadores — então agora uma Assembleia Geral de empresas? Isto é que se chama divisionismo, isto é que se chama furar a unidade de todos os trabalhadores.

Mais haveria a dizer sobre esta Assembleia dos Administrativos (que registou 350 presentes inscritos), mas vejamos que espécie de manobras é que eles apoiam.

No dia 22 receberam os trabalhadores uma «Ordem de Serviço n.º 1» à boa maneira militar onde se pretende ensinar aos trabalhadores (que ainda não fizeram a tropa?!?) o que é disciplina militar?

Veja-se ponto 3 e 4 do comunicado inserto nesta nota:

«... Porém, o plenário anunciado para 23/Set./74, para mais associado a ameaça de 2.ª greve, não pode de forma nenhuma ser autorizado, constituindo qualquer tentativa para a sua realização, posterior a este aviso, grave infracção à Disciplina Militar, susceptível por si só de ultrapassar o âmbito do Regulamento Militar, para cair no do Código de Justiça Militar.

4.º — Lembra-se ainda que, além das previstas no R. D. M., as penas aplicadas pelo C. J. M. para os crimes de «insubordinação-coligação» e «deserção» inclui, em tempo de paz, reclusão em presidio militar até 2 anos para o primeiro e a mesma reclusão até 4 anos para o segundo.»

Na segunda-feira, dia 23, porém e a comprovar a disciplina militar presente na TAP surge a ordem de serviço número 2.

Serão inquiridos os camaradas de trabalho: António dos Santos Júnior (mecânico), Rui Martins

DESTACAMENTO MILITAR "TAP"
ORDEN DE SERVIÇO N.º 2
Portela, 23 de Setembro de 1974

DETERMINO E MANDO PUBLICAR:

1 - MARCHAS

a. Que nos termos da Nota TAP-1, de 20 de Setembro 74, de 07/001, marcharam para aquele quartel, a fim de serem ouvidas as declarações, de seguintes trabalhadores:

- ANTÓNIO DOS SANTOS JÚNIOR (Mecânico)
- RUI MARTINS PINTO (Chefe de Grupo)
- RAUL VICENTE (Mecânico)
- MARIA DE LOURDES CAMILO (Emp. Escritório)
- JOAQUIM INÁCIO FERREIRA PINTO (Emp. Escritório)

Vão abonados de alimentação; não têm direito a alojamento; continuam a vencer pelo Enil "TAP".

b. Que nos termos da Nota 1/03/74, de 20 Set 74, de 05/001, marcharam para aquele quartel, a fim de serem ouvidas as declarações, de seguintes trabalhadores:

- JOSÉ JORGE VIEGAS MADRUGA (Emp. Escritório)
- ALFREDO JOSÉ CONCEIÇÃO COELHO (Promotor de vendas)
- HERMINIO AUGUSTO SEIXAS RIBEIRO (Mecânico)

Vão abonados de alimentação; não têm direito a alojamento; continuam a vencer pelo Enil "TAP".

2 - DIVERSES

Publica-se em anexo um comunicado a todos os funcionários.

COMANDANTE
Alfredo José Conceição Coelho
ALFREDO JOSÉ CONCEIÇÃO COELHO
TEOR PARECER

DESTACAMENTO TAP — ORDEM DE SERVIÇO N.º 2

Pinto (chefe de grupo), Raul Vicente (mecânico), Maria de Lourdes Camilo (empregada de escritório), Joaquim Inácio Ferreira Pinto (empregado de escritório), José Jorge Viegas Madrugas (empregado de escritório), Alfredo José Conceição Coelho (promotor de vendas) e Hermínio Augusto Seixas Ribeiro (mecânico).

A reacção dos trabalhadores não se fez esperar e na Manutenção a paralisação foi total, as entidades militares reúnem trabalhadores, fazendo novas ameaças. Os trabalhadores mantêm-se firmes, fazem uma concentração e uma grande manifestação através da cidade dirigindo-se ao Quartel de Sapadores onde se encontram os seus camaradas detidos, exigindo a sua libertação. Continuando a gritar as palavras de ordem: «Libertação dos camaradas presos» e «TAP — a luta continua», realizaram um pequeno comício e aí se mantiveram até à libertação dos seus camaradas, que tinham sido intimados a comparecer no dia seguinte para continuarem a ser interrogados.

No dia seguinte na empresa os trabalhadores (do sector operário),

mantêm-se em paralisação total, verificando-se que o dispositivo militar se encontrava reforçado.

Na quarta-feira, 25, as ameaças de despedimento cumprem-se — 300 despedimentos nos sectores mais combativos.

TAP — a luta continua — dizem os trabalhadores. Apesar da campanha difamatória da sua luta, que vai desde a calúnia à omissão, levada a cabo pelos órgãos da imprensa burguesa, apesar das tentativas dos reformistas dentro e fora da empresa, seja através de abaixo-assinados provenientes dos mais reaccionários e bem remunerados trabalhadores da TAP, seja através das direcções sindicais, ou dos comunicados do P. C. P., os trabalhadores dizem:

TAP — A LUTA CONTINUA. Eles sabem que a sua luta é uma luta justa, é a luta de todos os proletários; trabalhadores de outras empresas manifestam a sua solidariedade: Lisnave, Efacem, ENI, etc.

Os trabalhadores têm uma grande certeza — a luta é dura mas a vitória será nossa!

TAP — A LUTA CONTINUA.

REVOLUÇÃO

velha história da cogestão, armadilha através da qual se pretende amarrar os trabalhadores aos interesses do capital.

Outro aspecto do actual projecto é a questão das sanções nele previstas, e que muitas são. Tantas, aliás, que parece ironia dizer-se que o objectivo foi preservar... a liberdade (?) de Imprensa. Não importa referir aqui pormenorizadamente esta ou aquela sanção.

Apenas pretendemos ressaltar duas questões: o carácter das sanções tomadas no geral e uma destas em particular.

PORTA ABERTA AO ARBITRIO

No que toca à primeira das questões, é evidente a arbitrariedade a que dão lugar muitos dos artigos que prevêem sanções. Inevitável, quando se pretende fazer uma lei que devia ser vinculadamente política, um código de comportamento moral. Por falar em moral: **alguém poderá dar uma definição universal, precisa e concisa, do que é difamação, injúria ou ameaça?** É claro que João Bala e António Champalimado têm forçosamente noções muito diversas. A não ser que os autores do projecto pretendam arriscar-se a dar uma definição... deles.

Temos ainda o que a quase totalidade das sanções estão previstas e faz-se gala do recurso à multa e aos tribunais. Não nos vamos pronunciar aqui sobre a natureza do aparelho jurídico, mas denunciemos desde já o recurso aos mesmos como medida que favorece... os favorecidos. É óbvio que num sistema como este, vamos ter, por dá cá aquela palha, o jornalista no banco dos réus, porquanto o Sr. Fulano de Tal consi-

derou tal frase de tal artigo uma difamação, uma injúria, uma ameaça ou (porque não?) as três coisas duma só vez. Para se recorrer a um tribunal é necessário ter-se confiança no mesmo. Ora quantos trabalhadores participam dos tribunais ou mesmo da selecção dos mesmos? Naturalmente, recorrerão aqueles que têm razão para neles acreditarem...

É já agora não se vá sem se dizer que isto de tribunais implica muita coisa (dinheiro, tempo livre, etc.) que **coloca logo as pessoas e entidades em franco pé de desigualdade.** Ou muito nos enganamos, ou vamos ter muitos casos Odete de St. Maurice/M. Castrim.

Finalmente, é curioso verificar que as sanções são geralmente em dinheiro (até 250 contos). **Não comentamos por julgarmos evidente o seu carácter antimonopolista...**

QUEM MANDA PODE?

No que diz respeito à sanção particular, voltamos ainda às ditas difamações e injúrias.

Reza assim o parágrafo 4 do art. 28.º:

«Se a pessoa visada pela difamação ou injúria for o Presidente da República Portuguesa ou algum chefe de Estado estrangeiro ou seu representante em Portugal, não é admitida a prova das imputações.»

Brilhante!!! Com que então quanto mais responsável é o cargo, menos contas se lhe pode exigir!!! Há de facto várias noções de democracia; mas isso (c'os diabos), nem os americanos vão tão longe...

O que é preciso é ser-se Presidente da República. Pois, pois...

TRABALHADORES OCUPAM CASAS EM ÉVORA

-REVOLUÇÃO.- As casas da Caixa encontram-se há muito desocupadas?

J. QUEIMADO — Há mais de um ano que estavam desocupadas. Pelo contrário há pessoas como o eng. Queirós que tem seis moradias em Évora e mora nos bairros da Caixa que haviam de ser para os explorados. O sr. Oliveira, proprietário de 2 casas comerciais também tem lugar nas casas que haviam de pertencer ao povo.

-REVOLUÇÃO.- Comunicar a ocupação a alguma autoridade?

C. A. DOS SANTOS — No domingo de manhã dia 22. Morava em casa dos sogros, porque era impossível arranjar uma. Concorri duas vezes às casas da Caixa e desloquei-me propositadamente também duas vezes a Lisboa. Vivíamos num só quarto 5 pessoas.

-REVOLUÇÃO.- As condições de habitação eram, pois, precárias...

M. BRAVO — No pátio onde morávamos tínhamos um cano de esgoto para os 4 inquilinos. Até chovia dentro de casa...

Curiosidade: um dos ocupantes ao abrir um dos rés-do-chão verificou que este servia de arrecadação de batatas e alhos, também uma balança lá se encontrava. Que estará por detrás disto?

1º Aniversário GUINÉ-BISSAU

Realizou-se na terça-feira, dia 24, no Pavilhão dos Desportos, e por iniciativa do Grupo de Acção Democrática Cabo Verde-Guiné, um Comício assinalando o primeiro aniversário da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau.

AMÍLCAR CABRAL

Foi, como era de esperar, frequentemente evocada a figura do grande revolucionário africano que foi Amílcar Cabral, cobardemente assassinado em Janeiro de 1973, poucos meses antes da proclamação da independência do seu país. **O colonialismo matou o homem, mas teve de vergar-se à sua obra.**

MPLA — ÚNICO PARA ANGOLA

No que toca a Moçambique e Angola, os oradores saudaram a FRELIMO pelos passos dados para a independência e denunciaram veementemente as manobras neo-colonialistas que se esforçam por negar ao MPLA o estatuto de único legítimo representante do povo angolano.

NÃO AO REFERENDO

A unidade Guiné-Cabo Verde foi motivo de inequívocas manifestações por parte dos presentes que apoiaram vivamente o enunciado das razões que justificam essa unidade. Foi categoricamente afirmado por essa unidade a vontade do povo de Cabo Verde como o demonstraram as diversas manifestações aí ocorridas sob o signo do PAIGC, organização reconhe-

cida e aceite como a única representativa dos interesses do povo cabo-verdiano. Foi ainda refutado o argumento imperialista segundo o qual a independência de Cabo Verde daria lugar à instalação nas ilhas de bases militares soviéticas. Enfim, foi pronunciado um categrórico «NÃO AO REFERENDO».

SOLIDARIEDADE MILITANTE

A luta dos povos das colónias contra o colonialismo e o imperialismo não terminou, o que foi claramente expresso por vários oradores que apontaram para a necessidade de prosseguir «até à vitória final» a luta que ao longo de mais de dez anos os povos de Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique travam de armas na mão. Trata-se de levar de vencida os exploradores e opressores dos trabalhadores de todo o mundo. Por isso, disse-se, a independência total das colónias é do interesse dos povos colonizados e dos trabalhadores portugueses, pelo que é necessário reforçar a solidariedade militante na luta que travam.

Expressão dessa solidariedade foram as mensagens de apoio de algumas organizações portuguesas lidas no comício: CICs, LCI, LUAR, PCP, PRP, BR, MES.

VOVA A REVOLUÇÃO AFRICANA

O comício terminou com vibrantes vivas ao PAIGC, à FRELIMO, ao MPLA e ao MLSTP (aliás por várias vezes ouvidos no decorrer da sessão). UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE, NÃO AO REFERENDO: VIVA A REVOLUÇÃO AFRICANA, etc.

PERSONALIDADES POLÍTICAS ANGOLANAS ENCONTRAM-SE COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Chegadas no dia 26 de Setembro, personalidades de Angola encontram-se com o Presidente da República, para tratar de assuntos relacionados com aquela colónia. Quem são estas personalidades?

Além dos directores do «Notícia» e do «Província de Angola», vêm Venâncio Sobrinho, industrial e grande proprietário terreno de Sá da Bandeira, Simão Toco, André Rodrigues Oringas e Pedro Bala. Personalidades mais estranhas são Joaquim António Ferronha, que foi professor da filha de Mobutu e é actualmente secretário-geral do Partido Cristão-Democrático de Angola e Angelino Alberto e Dongala Garcia, ambos acusados de estreita ligação com a PIDE.

Entretanto o Secretário-Geral da UNITA é recebido por Senghor, declara que o seu movimento é o que tem mais implantação, e apela para a unidade com o MPLA e a FNLA e fala em eleições gerais em Angola.

Entretanto também as tropas da FNLA organizam-se na zona do Negage. Note-se que o Presidente da FNLA é cunhado do Presidente Mobutu, do Congo. E note-se também que quem faz a propaganda da FNLA em Lisboa é a Frente de Portugal Livre, cujo o Secretário-Geral, Manuel do Rio foi preso após o 25 de Abril e é acusado de ter ligações com polícias internacionais, entre elas a organização de extrema direita «Orde et Tradition» (ordem e tradição).

Ao contrário do grupo Chipenda que tentou vencer dentro do MPLA e que procurava uma política de unidade com as outras organizações de Angola, os revolucionários angolanos mais conscientes, organizados no MPLA, único representante do seu povo, mostram-se vigilantes e muito atentos perante a teia neocolonialista.

TELEGRAMA DOS COMITÉS DE ACÇÃO DO MPLA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

TELEGRAMA

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA-PORTUGUESA LISBOA

EXCELENCIA
CONFERÊNCIA COMITÉS ACÇÃO MPLA INTERIOR ANGOLA REPUDIA PROCESSO DESCOLONIZAÇÃO PRETENDIDO POR VEXA ATRAVÉS CONVERSACÕES PESSOAS NÃO REPRESENTATIVAS POVO ANGOLANO ANTES REPRESENTANTES COLONIZADORES NOSSO POVO JUNTAMENTE ALGUNS LACAIOZ SERVIDORES COLONIALISMO PORTUGUÊS DENUNCIA IGUALMENTE DIFERENÇA PROCESSO DESCOLONIZAÇÃO ANGOLA RELATIVO AOS ADOPTADOS GUINÉ E MOÇAMBIQUE REPUDIA AINDA PROCESSO ANGOLA VISA NITIDAMENTE CONDUIZIR PAÍS NEOCOLONIALISMO REAFIRMA MPLA REPRESENTANTE LEGÍTIMO POVO ANGOLANO.

A VITÓRIA É CERTA

25/9/74

A COMISSÃO COORDENADORA

S. NICOLAU ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Esta entrevista a Pedro Fortunato foi conduzida por Roberto de Almeida para o jornal «Angola» da Liga Nacional Africana e foi divulgada pela Casa de Angola.

Pedro Fortunato é o seu nome. Trinta anos de idade. S. Nicolau, no tempo do «Todo-poderoso» Baltazar de Lima. Amnistiado em consequência do 25 de Abril, foi libertado em 9 de Maio de 1974 tendo regressado a Luanda e ao convívio dos seus em 11 de Maio.

Novamente preso em 9 de Agosto de 1974 na sua residência, por ocasião de uma rusga efectuada no Mussequê Rangel, foi reembarcado para o campo de S. Nicolau em 12 de Agosto onde regressou em liberdade após 15 dias. Eis as perguntas que fizemos e as respectivas respostas:

— Em relação às circunstâncias da prisão notou diferença entre o modo de actuar da antiga PIDE e os seus recentes captores?

— Não se pode colocar a pergunta nestes termos. Acontece que é a própria PIDE que na 7.ª esquadra me espancou e humilhou. Estavam lá os elementos da PIDE e para cúmulo do azar também ali se encontrava o Chamorro que me havia escoltado para S. Nicolau em 1973.

— Em matéria de interrogatório e organização de processo notou modificações?

— Não fui submetido a qualquer tipo de interrogatório. Simplesmente os elementos da PIDE dispõem de um ficheiro contendo informações a respeito dos antigos presos políticos.

— Foi espancado? Notou mudança no tratamento prisional?

— Fui espancado por um elemento à paisana obeso, baixo e de bigode espesso, que para me humilhar até me atirava pontas de cigarro acesas para o rosto. Sentado no chão, deu-me pontapés e bofetadas, disse-me que odiava

os do M. P. L. A. e que a independência está próxima, mas vão dá-la ao Savimbi. Chamou-me meliante e perguntou-me quantas casas comerciais havia assaltado.

— Fale das condições de transporte para S. Nicolau. Estabeleça comparação com as actuais condições.

— Da Casa de Reclusão para onde fora conduzido no dia 9 de Agosto, fui metido numa viatura celular da P. S. P. em condições desumanas e levado para a Marinha de onde, numa fragata, viajei para Moçâmedes exposto ao sol e à humidade, da mesma maneira que o ano passado. De Moçâmedes segui de autocarro para S. Nicolau onde fui metido no famoso «rame» sem direitos a banhos de sol, sem assistência médica e submetido ao mesmo tipo de alimentação: feijão de óleo de palma mal cozido e funji de milho, confeccionados por Carlos Henrique Piteira Afonso, um dos comandantes do Baltazar de Lima.



— Número aproximado de presos actualmente, como estão instalados e qual a ocupação? Existe obrigatoriedade de trabalhar?

— Existem neste momento entre a 500 a 600 reclusos nas condições mais abjectas com a particularidade de, no meio de tudo isto, existirem velhos, crianças de 13 e 14 anos, cegos e aleijados, tudo armazenado à boa maneira do Baltazar de Lima. Pelo menos para já ninguém trabalha, retendo-se na ociosidade inúmeros chefes de família que lamentam quotidianamente a sua desdita.

— Tinha conhecimento do tempo que lá devia permanecer?

— Não fui ouvido por ninguém, ninguém me disse absolutamente nada. Estava apenas desesperado, pois que anteriormente quando era preso pela PIDE tinha noção mais ou menos exacta acerca do tempo de detenção. Hoje não.

— Qualquer facto ou pormenor de interesse que deseje relatar e que lhe tenha chamado a atenção.

— Sim. É particularmente chocante proceder-se contra nós de forma tão draconiana. Para se receber a comida, cerca de uma vintena de militares de metralhadora aperrada ameaçavam-nos, num sistema em que se conseguiu ultrapassar os métodos de segurança do tristemente célebre Baltazar de Lima.

FRELIMO 10anos

No dia 25 de Setembro passou o 10.º aniversário da primeira acção da FRELIMO. Nesse dia, há 10 anos, um grupo de guerrilheiros da FRELIMO atacou um posto português na província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique. Desde então desenrolou-se a luta armada em Moçambique, luta dura e pesada que obrigou o colonialismo português a recuar e que conduziu inevitavelmente à independência. A luta armada nas colónias demonstra que só a violência poderá conduzir à tomada do poder.

A perspectiva da independência completa e incondicional para Moçambique abre possibilidade de se vir a construir naquele país um regime, em que a exploração desenfreada do trabalho negro pelo colono branco termine.

Mas começa uma luta contra o neo-colonialismo, que tentará por todas as formas estabelecer-se. Os grandes interesses capitalistas em Moçambique, baseados na exploração do trabalho negro e na situação colonial de aproveitamento das matérias-primas e de mercado, tentarão a todo o transe permanecer. O facto da estrutura política se alterar não quer dizer que a estrutura económica se modifique. Por isso a luta tem de continuar. Para o povo de Moçambique e para o movimento que o representa, a FRELIMO. E também para os revolucionários portugueses interessados numa luta anticolonial consequente.

REVOLUÇÃO

64 ARTIGOS á doca

«A actual Lei de Imprensa exprime nos seus objectivos como na sua formulação a realidade política que se vive presentemente em Portugal».

Assim se pode ler no primeiro parágrafo do ponto 1 do Preâmbulo do Decreto-Lei em projecto. E justiça lhe seja feita, trata-se de afirmação de rara verdade, aliás confirmada a cada passo pela leitura do restante do mesmo preâmbulo, bem como dos 64 (!!!) artigos do referido projecto: um esplanar contínuo de contradições.

Para quem, como nós, de há muito concluiu acerca da natureza política do actual Governo Provisório, não espantam (bem pelo contrário) as hesitações patenteadas no teor do projecto de Lei de Imprensa. Na legislação que vise regulamentar este ou qualquer outro tipo de actividade, não pode nem poderá nunca o G. P. escapar às inevitáveis hesitações de quem, como ele, se coloca a meio de um fogo cruzado: o grande capital, por um lado, e o proletariado por outro, na defesa dos respectivos interesses de classe. Toda a política que se pretenda conciliatória desses interesses, toda a política que procure outra via que não seja francamente capitalista (acumulação e concentração crescentes de capitais nas mãos dos grandes grupos financeiros, domínio por parte destes grupos sobre todos os ramos de actividade e controle efectivo nos campos do social, do económico, do financeiro e do militar) ou socialista (o que só poderá ser obra do próprio proletariado organizado). Pretender ser possível

uma política antimonopolista sem pôr em causa o capitalismo, e mais ainda pretender, que o capitalismo poderá vir a ser banido através de sucessivas reformas que irão coarctando progressivamente o poder aos grupos financeiros multinacionais e nacionais, ao mesmo tempo que se tomam medidas pretensamente protectoras da pequena e média empresas, é fazer aquilo a que poderíamos chamar de «POLÍTICA IMPOSSÍVEL».

Ora seria difícil encontrar melhor testemunho disso mesmo do que a tentativa (ridícula) de obstrução aos poderes monopolistas no capítulo Imprensa.

É VERDADE OU NÃO?

É verdade ou não que o papel é propriedade de grandes empresas, na sua quase totalidade multinacionais?

É verdade ou não que mesmo comercializado, o papel custa rios de dinheiro?

É verdade ou não que uma tipografia envolve, para ser eficaz, centenas de milhar de contos?

É verdade ou não que um jornal diário necessita, para não ser deficitário, de recorrer à publicidade (portanto a propagandear Torraltas, ITTs e C.ª)?

É verdade ou não que um jornal necessita de enormes somas dispendidas em salários a pessoal, meios técnicos (gravadores, viaturas, máquinas fotográficas, laboratórios, etc.), via-

gens onerosas, etc., etc., etc.?

É verdade ou não que um jornal necessita de ser servido de uma grande rede de distribuição?

Perante isto, como é possível pretender-se que esta lei venha «agora institucionalizar em todos os seus aspectos a liberdade de expressão de pensamento pela Imprensa...» ou que garanta «à Imprensa um amplo direito a informar sem quaisquer entraves...» ou assegure «aos cidadãos diversos meios de exercício do direito a ser informado»?

FUNDAMENTALMENTE, NADA DE NOVO

É certo que no texto do actual projecto se refere a saída «à posteriori» de legislação especial que «assegurará que a Imprensa desempenha uma função pública independente do poder político e dos poderes económicos monopolistas». Mas apenas se referencia a «concentração da propriedade de empresas jornalísticas e noticiosas ou de publicações periódicas», o que não vem alterar nada no assunto, dada a possibilidade implícita de um domínio multiempresarial.

Fundamentalmente, epretanto, nada de novo. A não ser que as fábricas de papel e tinta sejam nacionalizadas, que aos grupos económicos se proíba a posse de empresas jornalísticas, se atribuam largos subsídios aos jornais que não contemham publicidade, etc., etc., etc. Ora como disso e dos etc etc não se vislumbra patavina...

Ao contrário, o teor do actual projecto mais não faz do que mascarar o efectivo domínio monopolista: beneficiando da produção de dezenas e dezenas de milhar de trabalhadores, o grupo CUF terá o seu jornal; entretanto, os trabalhadores terão... o jornal do patrão. E assim sucessivamente.

A mascarada (também ela ridícula) é palpável nos artigos que regulamentam os atributos do director do jornal, bem como do Conselho de Redacção: «o director é designado pela empresa proprietária do jornal» e ao Conselho de Redacção não são atribuídas senão funções consultivas. O que se pretende com isto?

A ARMADILHA DA COGESTÃO

Decididamente, vender gato por lebre. A existência, nos moldes do projecto, do Conselho de Redacção, é a forma mais acabada de perpetuar subtilmente o domínio do capital sobre a publicação: dá-se a ideia de controle por parte dos trabalhadores quando estes nada de efectivo poderão fazer, a não ser dizer sim ou não. Todos os poderes continuarão de facto concentrados nas mãos do director, e, através deste, nas mãos da empresa proprietária. É a

Continua pag. 6

Revolução

EDITORIAL

Os últimos dias têm mostrado sinais do monstro fascista. A pouco e pouco as boas aparências da democracia de vira-casacas vão caindo. O fascismo organiza-se, mostra-se, lança balões de ensaio.

Em dias sucessivos, demasiados factos e demasiadamente concertados têm de levar os revolucionários a reflectir seriamente.

A colagem de cartazes, com apoio de comandos civis organizados; o desembarque de pides vindos de Moçambique e que eram portadores não só de armas, como pelo menos de uma mensagem em código; os incidentes à saída do Lar da Cruz Vermelha; o cerco da Livraria Outubro; a organização duma manifestação fascista; os boatos acerca de um golpe de estado de direitas; a agitação simultânea dos partidos Trabalhista, Liberal e do Progresso; o aparecimento do semanário «Bandarra» — tudo nos leva a crer que não se trata de actos isolados, mas duma manobra concertada a que não pode estar alheia a «inteligência» fascista.

Mais diríamos: a operação cartazes, em que a conjugação política e publicitária se faz sentir (não se marca dia para a manifestação, insinua-se que os convocadores são a maioria, embora silenciosa, enfim apalpa-se terreno); a operação manifestação, em que se empregam grandes meios (helicópteros e aviões de propaganda); os boatos, levam-nos a pensar que por trás disto tudo está não só a reacção portuguesa, mas a CIA. Esta, não organiza à bruta e à provinciana. É um poderoso serviço de informação e de interpretação política, de planeamento e de actuação. Terá compreendido bem a instabilidade da situação portuguesa, a sua importância na estratégia mundial e a necessidade para o imperialismo de encontrar uma saída. Apoiando-se em organizações portuguesas (em várias, e de vários tipos, claro) e em personalidades portuguesas, a CIA actua.

E como se comporta o actual poder político em face disto? É certo que esta organização das direitas tem de beneficiar de apoios ao nível do poder para existir desta maneira. A libertação de ex-ministros criminosos, as férias turísticas de Casal Ribeiro em Espanha, são bem a ilustração da complacência governamental.

Por outro lado, os reformistas, entalados entre os fascistas que lhes podem cortar a cabeça, a direita governamental, que exige que eles controlem os trabalhadores que prometeram controlar, e o proletariado revolucionário, que teima sê-lo, estão, como nunca estiveram, numa difícil e contraditória situação.

É assim que os trabalhadores, e os revolucionários são reprimidos, enquanto se contempla a reacção ou se fazem a seu respeito declarações platónicas.

A campanha contra a Lisnave seguiu-se a repressão sobre a TAP. Prisões para interrogatório, despedimentos em massa, intimidações, medidas que o próprio fascismo hesitou empregar. Tudo isto acompanhado da cobarde decisão da maioria da comissão sindical de continuar as conversações no Ministério apesar dos despedimentos, tudo isto acompanhado de comunicados caluniosos do reformismo e dos jornais reformistas. Com isto se procura desmobilizar os trabalhadores.

Suspende-se o «Proletário Vermelho» e persegue-se o seu director, enquanto se permite uma vida tranquila à extrema direita. E um jornal reformista apressa-se a chamar-lhe «ultra-esquerdista».

Assim se procura fazer ao contrário do que se deve fazer. Porque só a organização dos trabalhadores, a sua luta e a sua unidade na acção poderão impedir o crescimento do fascismo.

Na complexa situação portuguesa, em que reina a instabilidade, só um caminho se pode opor ao fascismo — a Revolução Socialista. A estabilização duma democracia burguesa torna-se cada vez menos possível.

A organização da burguesia, que quando perde o pé veste o fato nojento e criminoso do fascismo, só se pode opor a organização do proletariado. Casamentos híbridos entre classes não são possíveis.

O fascismo tortura, mata, destrói. É preciso destruir o fascismo.

O JORNAL «REVOLUÇÃO»

A liberdade dos trabalhadores não será oferta de quem quer que seja, será obra dos próprios trabalhadores. Para o conseguir, os trabalhadores necessitam, entre outros instrumentos, de uma imprensa, que esteja ao seu serviço, defenda os seus interesses.

«Revolução» é um jornal de esquerda revolucionária, um semanário que sempre colocou e colocará do lado dos trabalhadores. Mas «Revolução» necessita que os trabalhadores possibilitem a sua existência, que seja auxiliado, divulgado, lido e, assinado, pelos trabalhadores.

Os grandes jornais são propriedade do grande capital explorador das massas trabalhadoras. Os trabalhadores devem esforçar-se por terem a sua imprensa.

Por isso contribui para a tua imprensa, assinando «Revolução».

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60\$00
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4